



Política de Voto

Versão 1.3 – janeiro de 2026

Parcitas Ações Gestão de Investimentos Ltda.

Parcitas Macro Gestão de Investimentos Ltda.

ÍNDICE

1. Objetivo e Abrangência.....	3
2. Base Legal.....	3
3. Responsabilidade	5
4. Princípios	5
5. Matérias relevantes obrigatórias	6
6. Situações de não obrigatoriedade.....	7
7. Situações de potencial conflito de interesse.....	8
8. Processo decisório.....	8
9. Comunicação dos Votos	9
10. Documentação e Armazenamento	9
11. Dúvidas.....	9
12. Revisão e Programa de Compliance.....	9
13. Controle de Versões	10

1. Objetivo e Abrangência

Esta Política do Exercício de Direito de Voto em Assembleias (“Política de Voto”) tem por objetivo determinar os princípios gerais e os critérios utilizados no processo decisório das matérias relevantes obrigatórias em assembleias gerais relativas aos ativos financeiros que integrem as carteiras dos fundos de investimento geridos pelas respectivas gestoras Parcitas Macro Gestão de Investimentos Ltda. e Parcitas Ações Gestão de Investimentos Ltda. (“Parcitas”), em conformidade com as leis, normas, ofícios e orientações dos reguladores e autorreguladores que regem a atividade da Parcitas.

Esta política não se aplica aos ativos financeiros cujos emissores estejam sediados fora do Brasil, os certificados de depósito de valores mobiliários ou que prevejam em seu regulamento cláusula que não obriga a adoção, pela Parcitas, de Política de Voto.

A Parcitas baseará sua análise sobre a relevância da matéria objeto de deliberação, buscando sempre as melhores condições para os fundos, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses dos cotistas e dos fundos, evitando, assim, práticas que possam ferir a relação fiduciária com eles mantida.

2. Base Legal

A Política de Voto da Parcitas é um componente essencial das regras e critérios para que a Parcitas exerça o voto de forma a proteger e maximizar os interesses das classes e/ou fundos e, conseqüentemente, os cotistas, de modo a refletir o compromisso da organização com a conformidade regulatória estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e a autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“Anbima”), bem como o cumprimento das leis aplicáveis no Brasil.

2.1. Regulamentação Relevante

A seguir, detalhamos as principais regulamentações que integram e orientam o Código de Conduta da Parcitas:

- Resolução CVM nº 21 de 25 de fevereiro de 2021: Esta resolução, conforme alterada, regulamenta o exercício profissional de administração de carteiras e valores mobiliários, estabelecendo diretrizes claras para a atuação dos gestores de fundos de investimento.
- Resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021: Trata da prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/CFT), exigindo rigorosos controles internos e procedimentos para mitigar

esses riscos.

- Resolução CVM nº 175 de 3 de dezembro de 2022: Dispõe sobre a constituição, funcionamento e divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para esses fundos. Seus anexos normativos complementam as exigências e orientações específicas.
- Ofício-Circular CVM/SIN/Nº 05 de 2014: Fornece orientações sobre os procedimentos relativos ao funcionamento de fundos de investimento, registro de investidor não residente e as atividades de administração de carteiras, consultoria e análise de valores mobiliários.
- Demais Normas e Orientações: Incluem manifestações e ciclos orientadores dos órgãos reguladores e autorreguladores que são aplicáveis à atividade da Parcitas.

2.2. Interpretação do Código

Para a interpretação dos dispositivos desta Política de Voto, salvo disposição expressa em contrário, considera-se que:

- Termos Utilizados: Tem significado atribuído na Resolução CVM 175.
- Referências a Fundos: Incluem Classes e Subclasses, quando aplicável.
- Regulamentos e Anexos: Referências a regulamentos incluem seus anexos e apêndices, se houver, em conformidade com a Resolução CVM 175.
- Classes e Fundos: As referências às Classes abrangem também os Fundos que ainda não foram adaptados à Resolução CVM 175.

2.3. Aplicabilidade do Código

As disposições desta Política aplicam-se aos Fundos constituídos após a entrada em vigor da Resolução CVM 175, bem como aos fundos previamente constituídos que já tenham sido adaptados às normas dessa Resolução. Durante o período de transição, a Parcitas e os Fundos devem continuar observando as regras da Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada, além de outras instruções e normas aplicáveis às diferentes categorias de Fundos sob gestão, até que esses Fundos estejam totalmente adaptados às regras da Resolução CVM 175.

A Política de Voto em assembleias de ativos, estabelecida pela Parcitas, tem como principal função orientar os colaboradores responsáveis pelo monitoramento e pela decisão em

votações dos ativos que compõe a carteira do fundo, alinhando-as com os interesses dos cotistas e a estratégia de investimento do fundo. Essa política fornece diretrizes específicas para os analistas, gestores e comitês internos da gestora, estabelecendo procedimentos claros que devem ser seguidos para assegurar um processo de voto transparente e bem fundamentado. Ela também auxilia os colaboradores na identificação de possíveis conflitos de interesse, garantindo que o voto seja exercido de maneira imparcial e em benefício do fundo. Além disso, a política de voto inclui critérios para situações de abstenção e a exigência de relatórios periódicos sobre as votações realizadas, promovendo transparência e responsabilidade entre os colaboradores envolvidos e reforçando a confiança dos investidores.

3. Responsabilidade

A coordenação direta das atividades relacionadas a esta política é uma atribuição do Diretor estatutário responsável pela Gestão de Riscos, Compliance, Controles Internos e de Prevenção a Lavagem de Dinheiro da Parcitas (“Diretor de Riscos e Compliance”), nos termos da Resolução CVM 21.

O Diretor de Riscos e Compliance também tem como responsabilidade monitorar e assegurar o cumprimento desta Política. Nesse sentido, ao identificar um potencial situação de violação previsto ou não nesta política, cabe ao responsável total autonomia para buscar o enquadramento ou submeter na pauta do Comitê de Riscos e Compliance. No seu dever fiduciário, sendo assim, em atenção ao disposto no art. 18, VIII, da Resolução CVM n.º 21/2021, caso seja verificada pela Parcitas a ocorrência ou indício de violação a qualquer normativo exarado pela CVM, o Diretor de Riscos e Compliance se compromete a informar tal ocorrência ou indício de violação em até 10 (dez) dias úteis.

4. Princípios

Pela presente Política de Voto, a Parcitas, no exercício de suas atividades e na esfera de suas atribuições e responsabilidades em relação aos fundos, compromete-se a ser diligente e realizar todas as ações necessárias para o exercício do seu direito de voto, para proteger os interesses dos cotistas, observando os seguintes princípios:

- Princípio da Boa-Fé: as decisões da Parcitas deverão sempre observar os mais altos padrões éticos, de confiança e lealdade;
- Princípio da Lealdade: a Parcitas, no exercício do direito de voto, na qualidade de gestor, deverá sempre votar buscando defender os interesses dos cotistas, prezando a confiança depositada por estes na Parcitas e perseguindo as expectativas almejadas por eles;

- Princípio da Transparência: a Parcitas garantirá o acesso às informações referentes ao exercício do direito de voto de maneira a permitir a ciência dos cotistas e a verificação da atuação da Parcitas na qualidade de gestora; e
- Princípio da Equidade: a Parcitas assegurará um tratamento justo e equitativo entre os Fundos de Investimento e entre os cotistas.

Nesse sentido, ao votar em assembleias representando os fundos, a Parcitas buscará sempre maximizar a valorização dos ativos que integrem as carteiras dos fundos e privilegiar os interesses dos cotistas.

O exercício de direito de voto dos fundos deverá seguir todas as disposições da presente Política de Voto, a não ser que, a critério da Parcitas, e sempre pautada nos princípios aqui definidos, esteja no melhor interesse dos fundos exercerem o direito de voto de forma diversa do que foi previsto nessa Política de Voto.

5. Matérias relevantes obrigatórias

Ressalvados os casos em que a presente política não for aplicável, a Parcitas exercerá, obrigatoriamente, o direito de voto dos fundos nas assembleias que tratarem, entre outras, das seguintes Matérias Relevantes Obrigatórias:

5.1. No caso de ações, seus direitos e desdobramentos:

- Eleição de representantes de sócios minoritários nos Conselhos de Administração, se aplicável;
- Aprovação de planos de opções para remuneração de administradores da companhia, se incluir opções de compra “dentro do preço” (preço de exercício da opção é inferior ao da ação subjacente, considerando a data de convocação da assembleia);
- Aquisição, fusão, incorporação, cisão, alteração de controle, reorganizações societárias, alterações ou conversões de ações e demais mudanças de estatuto social, que possam, no entendimento da Parcitas, gerar impacto relevante no valor do ativo detido pelos fundos;
- Aprovação ou alteração de planos, diretrizes e medidas que versem sobre responsabilidade socioambiental e de governança corporativa;
- Demais matérias que impliquem tratamento diferenciado.

5.2. No caso os demais ativos integrantes das carteiras dos fundos:

- Alterações de prazo ou de condições de prazo de pagamento;
- Alterações nas garantias;
- Vencimento antecipado, resgate antecipado e recompra; e/ou
- Alterações na remuneração originalmente acordada para a operação.

5.3. No caso de cotas de fundo de investimento:

- Alterações na política de investimento que alterem a classe Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou o tipo ANBIMA do Fundo de Investimento;
- Mudança de administrador ou gestor, que não entre integrantes do seu conglomerado ou grupo financeiro;
- Aumento da taxa de administração, taxa de performance ou criação de taxas de entrada e/ou saída;
- Alterações nas condições de resgate que resultem em aumento do prazo de saída;
- Fusão, incorporação ou cisão, que propicie alteração das condições elencadas nas alíneas anteriores;
- Liquidação do fundo de investimento; e/ou
- Assembleia de cotistas nos casos previstos na Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022.

6. Situações de não obrigatoriedade

Nas hipóteses abaixo elencadas, o exercício da Política de Voto não será obrigatório, ficando a exclusivo critério da Parcitas:

- A assembleia ocorrer em qualquer cidade que não seja capital de Estado e não seja possível voto à distância;
- O custo relacionado com o exercício de voto não for compatível com a participação do ativo financeiro no fundo;
- A participação total dos fundos sob gestão, sujeitos a Política de Voto, na fração votante na matéria, for inferior a 5% (cinco por cento) e nenhum fundo possuir mais que 10% (dez por cento) de seu patrimônio no ativo em questão;
- Ficar caracterizada situação de conflito de interesse; e/ou

- Caso as informações disponibilizadas pela empresa, mesmo após solicitação de informações adicionais e esclarecimentos, não forem suficientes para a tomada de decisão pela Parcitas.

7. Situações de potencial conflito de interesse

A Parcitas exerce a atividade de gestão de recursos obedecendo estritamente a legislação e regulamentação vigentes e os regulamentos e políticas de investimento dos fundos, sempre evitando situações de conflito.

Caso ocorram situações que possam influenciar a tomada de decisão da Parcitas quanto ao voto a ser proferido, o potencial conflito de interesse será avaliado caso a caso, sendo sempre considerado, em última instância, o interesse dos cotistas dos fundos.

Neste sentido, a Parcitas poderá abster-se de votar ou não comparecer à respectiva assembleia e informará aos cotistas da existência desta situação. Somente nos casos em que a Parcitas entender que o conflito de interesses no direito de voto, não prejudicará o melhor interesse dos fundos, votará as matérias da ordem do dia, devendo informar aos cotistas o teor e a justificativa sumária do voto proferido, nos termos desta política.

8. Processo decisório

O controle e a execução da Política de Voto e o procedimento de tomada de decisão serão uma atribuição conjunta dos responsáveis pelas áreas de Gestão de Recursos de Terceiros e Compliance da Parcitas.

A Parcitas Investimentos exercerá o seu voto sem necessidade de consulta prévia a cotistas ou de orientação de voto específico, ressalvadas as eventuais previsões em sentido diverso no regulamento dos fundos, sendo que tomará as decisões de voto com base em suas próprias convicções, de forma fundamentada e coerente com os objetivos de investimento dos fundos e sempre no interesse dos cotistas.

Após a realização da assembleia, o representante indicado pela Parcitas Investimentos que tiver comparecido deve providenciar e encaminhar ao Diretor de Compliance o resumo do ocorrido na assembleia, e sua justificativa de voto. Compete ao Diretor de Riscos e Compliance encaminhar ao Administrador dos Fundos, um resumo descrevendo o ocorrido na assembleia, bem como a votação realizada.

O arquivamento dos resumos de assembleia deve ser realizado pelo Diretor de Riscos e Compliance.

9. Comunicação dos Votos

Os votos realizados pelos fundos nas assembleias em que participarem serão disponibilizados, em forma sumária, ao administrador dos fundos para que sejam enviados aos órgãos fiscalizadores e aos cotistas, conforme regulamentação aplicável.

A obrigação de informação aos cotistas não se aplica às:

- Matérias protegidas por acordo de confidencialidade ou que estejam sujeitas a sigilo determinado por lei;
- Decisões que, a critério da Parcitas, sejam consideradas estratégicas (devendo, neste caso, manter registro dos fundamentos que considerou para classificar a decisão como estratégica, e manter à disposição da ANBIMA); e
- Hipóteses em que a participação não seja necessária, conforme disposto anteriormente, mas a Parcitas tenha, a seu critério, exercido o direito de voto.

Sem prejuízo do disposto acima, os administradores dos fundos poderão divulgar relatórios referentes aos votos exercidos pela Parcitas em seus respectivos websites.

10. Documentação e Armazenamento

Todas as decisões relacionadas a presente política, tomadas pelo Comitê de Riscos e Compliance, conforme o caso, devem ser formalizadas em ata ou e-mail e todos os materiais que documentam tais decisões serão mantidos arquivados por um período mínimo de 05 (cinco anos) anos e disponibilizados para consulta.

O presente Código está disponível na sede da Gestora bem como endereço eletrônico da gestora www.parcitas.com.br.

11. Dúvidas

Quaisquer dúvidas ou questionamentos a esta política deverão ser levadas ao Diretor de Riscos e Compliance. Toda a comunicação a área de Compliance sob a presente política tem caráter confidencial, devendo ser feita através do e-mail compliance@parcitas.com.br

12. Revisão e Programa de Compliance

Esta política deve ser revista periodicamente, levando-se em consideração: (i) mudanças

regulatórias; (ii) conversas com outros participantes do mercado; e (iii) eventuais deficiências encontradas, dentre outras.

A revisão desta política tem o intuito de permitir a aderência e conformidade às normas e requisitos regulatórios, e no mínimo anualmente, o Diretor de Riscos e Compliance deverá realizar testes de aderência/eficácia das métricas e procedimentos aqui previstos ou estabelecidos por ele.

Os controles desta política que irão compor o Programa Anual de Compliance são:

Código	Controle Interno	Executor	Frequência	Verificador
PV_1	Controle de votação	Compliance	Mensal	Compliance
PV_2	Boletim de voto	Administrador	Sob Demanda	Compliance

13. Controle de Versões

Nome do documento:	Política de Voto
Área de emissão:	Riscos e Compliance

Data	Versão	Número de Páginas	Nome do Aprovador
10.04.2023	1.0	8	Comitê de Riscos e Compliance
23.04.2024	1.1	8	Comitê de Riscos e Compliance
26.05.2025	1.2	10	Comitê de Riscos e Compliance
02.01.2026	1.3	10	Comitê de Riscos e Compliance



parcitas
investimentos